

VIDA, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL: REFLEXÕES DE DANIEL MUNDURUKU

Life, rights and political participation of native peoples in Brazil: reflections by Daniel Munduruku

Paulo Raposo*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Artemisa de Andrade e Santos**

Secretaria Municipal de Educação de Campo Redondo/RN

Carlos Eduardo Campos Freire***

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

DOI: 10.29327/2763381.15.4-1



Fonte: foto pessoal enviada pelo entrevistado (2024)

* Doutorando em Educação. E-mail: pauloraposo10@gmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: andradeesantos@gmail.com.

*** Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: eduardo.freire@ifrn.edu.br

Esta entrevista aconteceu via e-mail. Inicialmente, foi combinada por contato feito por meio do WhatsApp, no dia 05/07/2024. As primeiras conversas explicaram o conteúdo sobre o qual as perguntas versariam e qual objetivo da entrevista, que não foi outro senão fazer circular um pouco mais as ideias do entrevistado nos circuitos acadêmicos e demonstrar as possíveis variações que existem no interior do pensamento indígena. Daniel Munduruku concordou com os termos e, já no dia 06/07/2024, enviou as suas respostas. Em um tempo de múltiplas ofensivas contra os direitos dos povos tradicionais ou de negligências acerca desta pauta, ouvir quem a lidera e sofre os danos por liderar a luta desumana contra os interesses do Capital e das grandes corporações é urgente e vital para o presente ou a possibilidade de um futuro melhor.

Daniel Munduruku possui graduação em Filosofia pela Universidade Salesiana de Lorena e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Ao longo dos anos, além de ter se consolidado como uma importante voz na luta pelo respeito aos direitos indígenas e na representatividade dos povos originários fazendo circular suas ideias e seus modos de produzir conhecimento, tornou-se um escritor de relevo. Seus mais de 60 livros publicados e voltados para o público infantil, juvenil e para educadores têm sido utilizados com cada vez mais frequência por professores, pedagogas e pedagogos, sistemas de ensino e secretarias municipais de educação, fazendo com que a maneira de pensar o mundo e interpretar a realidade indígena se popularize e se torne decisivamente uma ferramenta da qual fazer uso contra a monocultura de processos educativos ainda capturados por um certo tipo de mentalidade colonialista.

Sua atuação literária e sua insistente busca por reafirmar a identidade do seu povo e defender a dignidade dos povos tradicionais do Brasil o tornou, no ano de 2006, Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República. Em 2013, recebeu a mesma condecoração na Ordem Grã-Cruz. Atualmente é Diretor-Presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Membro da Academia de Letras de Lorena, São Paulo, recebeu diversos prêmios literários no Brasil e no exterior. No ano de 2018, foi condecorado pela Fundação Bunge na categoria Vida e Obra. Daniel, como toda liderança indígena deste país, fez e faz da sua obra uma extensão da vida. Ele escreve aquilo que vive ou viveu, pensa a partir daquilo que experimenta ou experimentou. O chão da realidade, a terra em que pisa e da qual é parte consubstancial, são suas matérias-primas.

Como um linguista de formação acadêmica e intelectual da tradição, sua militância tem sido uma das responsáveis por conscientizar as pessoas sobre o uso adequado dos termos usados pelo grande público para se referir às populações indígenas. Ao se insurgir contra o uso irreflexivo, por vezes pejorativo e colonial da palavra “índio”, contra o uso irrefletido ou irresponsável das manifestações culturais dos povos tradicionais, Daniel Munduruku se opõe ao ato de caricaturar os povos originários, que é, ao fim e ao cabo, um modo de vulgarizar esses mesmos povos. Opondo-se à estereotipia, marca posição na defesa do direito de existir e ser conhecido, reconhecido, chamado e respeitado pelo nome e por aquilo que seu povo e seus parentes o são de fato, coisa que os europeus colonialistas e seus herdeiros político-culturais, na direita e principalmente na extrema-direita, jamais foram capazes de fazer.

“O futuro será ancestral, ou não será” é uma ideia da qual Daniel gosta, porque comprova que o que está por acontecer já aconteceu e de que o tempo é circular; comprova que a história se repete e que, neste momento, ela está reproduzindo uma fase muito dura, muito cruel, não só para os povos indígenas. No entanto, apesar dos tempos serem sombrios e das ofensivas brutais, ele sabe que o caminho mais adequado para o futuro é de retorno ao passado dos ancestrais, ao passado em que a relação reverente e sagrada com a natureza que coabitamos, que nos coabita e partilhamos com outros coabitantes.

Ora, como sustenta Eduardo Viveiros de Castro¹, os indígenas são uma das últimas barreiras à transformação do mundo inteiro numa imensa *plantation* biopolítica, uma monocultura planetária tanto no sentido antropológico quanto agroindustrial. Dar-se conta de que somos todos indígenas — exceto aqueles que não o são — é juntar-se à luta por uma retomada da Terra pela terra, parcela por parcela, lugar por lugar, zona por zona. Uma retomada que arranque a causa da terra das mãos dos fascismos e dos nacionalismos, e que libere a dimensão do espaço de sua apropriação pelo imaginário político do Estado.

Vale a pena ouvir, ler e aprender com Daniel Munduruku. As perguntas que foram feitas nesta entrevista não devem ser as únicas; as respostas, poderiam variar, se fossem dadas por outras lideranças indígenas. Contudo, as que foram oferecidas por Munduruku não devem ser descartadas. Primeiro, por causa do seu lugar de fala e da sua representatividade;

¹ Texto publicado em 15 de julho de 2023, que pode ser acessado e lido na íntegra pelo seguinte link: <https://medium.com/n-1-edi%C3%A7%C3%B5es/ind%C3%ADgena-eduardo-viveiros-de-castro-6f2cddcd7826>. Acesso em 05/07/2024.

segundo porque as eventuais diferenças que existem entre o que ele diz e o que outros poderiam dizer é uma das provas materiais da multiplicidade étnica dos povos que, antes dos invasores chegarem para explorarem e saquearem, conheceram e experimentaram o solo que hoje compartilhamos.

Essa multiplicidade, que foi ignorada e desrespeitada pelos invasores, sob a pena de preservarmos a mentalidade colonial que fez das terras que hoje conhecemos como Brasil um lugar de exploração destrutiva e dos povos que aqui estavam mão de obra a escravizar, não deve continuar despercebida ou desconhecida. Há direitos humanos sendo desrespeitados desde que essa invasão ocorreu, mas, mesmo assim, por consequência de erros históricos, políticos e partidários daqueles que tomaram o poder, a mentalidade colonialista persiste.

É preciso mudar de via, acirrar a luta contra os genocídios e os etnocídios brasileiros.

Só saberemos como fazê-lo bem se ouvirmos quem, assim como Daniel, já assumiu esse compromisso, cujo caráter é mais do que político-partidário: é ontológico.

Leiam e constatem.

Entrevistadores: como você se define? Professor? Ativista? Escritor? Ou um misto de todos esses ofícios ou, quem sabe, nenhum? Como ocorre o processo de autodefinição de um indígena?

Daniel Munduruku: costumo sempre dizer que sou um Brasileiro nascido Munduruku para reafirmar meu pertencimento a esses dois universos em diálogo permanente. Na medida em que tomei consciência de minha brasilidade fui percebendo a grandeza do que é pertencer a um grupo ancestral. Estudar foi um passo importante para essa construção e desconstrução que estão sempre em consonância dentro de mim.

Acredito ser mais militante que ativista; mais educador que escritor. Me permito fazer mudanças permanentes no jeito como interajo com a realidade e com a sociedade nacional.

Entrevistadores: o que te motivou a seguir carreira acadêmica chegando até o último grau da carreira universitária? Considera que esse deve ser um percurso a ser seguido por outros parentes? Gostaria que justificasse a resposta.

Daniel Munduruku: sou um ser do presente. Não costumo, por isso, fazer conjecturas sobre os passos que vou seguir. Sei olhar a realidade, fazer uma leitura das necessidades que me incomodam e tomar posição a partir dela. A formação acadêmica foi acontecendo como uma realidade que se impunha e por isso não neguei de fazer. Somente depois é que fui tomando consciência da importância que ela representa na minha trajetória pessoal. No entanto, não creio que a formação universitária seja o destino de todos os parentes indígenas. Muitos deles não tem vocação para isso e podem prestar um belo serviço fazendo o que sabem fazer por força de sua origem ancestral. Existir é o desafio. A formação não precisa ser a principal preocupação das pessoas. Ao menos que as pessoas a entendam como essencial para tornarem-se humanos melhores. Sem essa consciência, será apenas vaidade.

Entrevistadores: a tua contribuição literária para a cultura brasileira é inegável. Do que tratam teus livros? A que público são destinados? A escolha dos temas e do público foi intencional? Que papel político você julga que a literatura indígena pode assumir?

Daniel Munduruku: como disse antes, sou um educador que escreve. Descobri a vocação para a escrita e faço dela minha atuação política. Escrevo por acreditar que posso contribuir para construir uma ponte entre os leitores e os saberes da tradição. Dai minha opção por escrever tendo o público infante juvenil como meu principal alvo. E, sem vergonha de assumir, pela literatura para crianças pretendo atingir os adultos com as sabedorias que os povos indígenas trazem consigo desde tempos imemoriais.

Tenho conseguido importantes avanços neste quesito especialmente pela entrada dos meus livros nas escolas brasileiras. É ali que a literatura indígena pode fazer importantes aliados para se vencer o preconceito, o racismo e a negação da existência de nossa gente ancestral.

Entrevistadores: o capítulo VIII da Constituição Federal de 1988 é destinado ao reconhecimento e respeito dos direitos humanos dos índios. Os temas dos artigos que compõem esse capítulo e essa seção são suficientes? Alguns nem sequer possuem uma regulamentação própria para serem efetivados. Como você interpreta isso e o que propõe para enfrentar desmontes e retrocessos?

Daniel Munduruku: costumo achar que os constituintes estavam adormecidos quando aprovaram o capítulo do qual trata os povos indígenas. Do jeito que está posto, as populações indígenas tiveram um ganho extraordinário mesmo que não se tenha regulamentado o capítulo desde então. Quando eles despertaram do sonambulismo se puseram a tentar derrubar os direitos dessas populações. Tem sido esta a grande marca do congresso nacional desde então e isso é demonstrado pela morosidade em refazer o estatuto dos povos indígenas, a reestruturação da Funai, a demarcação das terras indígenas; a tentativa de derrubar os direitos originários; a doutrina do marco temporal; o apoio sempre maciço ao desmatamento, ao agronegócio, aos madeireiros e garimpeiros. Há sempre um ataque contra a gente indígena engendrado exatamente pelo congresso que deveria honrar a democracia estabelecida na Carta Magna.

Entrevistadores: você considera que a luta pública pela defesa dos direitos humanos situa satisfatoriamente a causa indígena? Se não, como poderia situar melhor? Se sim, o faz considerando demandas que são mesmos dos diversos povos originários ou terceirizadas?

Daniel Munduruku: há sempre muita boa vontade e pouca ação que efetive o posicionamento institucional sobre os direitos das populações originárias. Todos sabem da urgência de estabelecer regras claras para que esses direitos sejam garantidos. Sabem que é preciso demarcar os territórios para que se possa minimamente oferecer as outras condições de sobrevivência para esses povos. Sabem que sem o direito à terra destrói-se a principal regra de sobrevivência. Ora, se todos sabem que é este o caminho porque querer pegar um atalho para a luta pelo direito?

Certamente uma das ações que precisariam ser efetivada é o apoio à formação de lideranças indígenas para elas mesmas sejam protagonistas de seu destino. Enquanto o que for posto pareça caridade, tudo o que se fizer será apenas perfumaria. O certo é que a sociedade civil precisa acreditar de verdade no potencial dos povos indígenas.

É preciso prepará-los para que possam defender seus direitos a partir de seu próprio paradigma. Claro está, para mim, que somente os indígenas poderão ser, de fatos, aqueles que poderão resolver suas questões e demandas. Mas para que isso ocorra é urgente capacitá-los para fazer o embate político que acontece no congresso nacional. Esse papel de formação pode ser da sociedade civil, mas o protagonismo tem que ser dos indígenas.

Entrevistadores: em que a esquerda partidária, estando ou não no poder, acertou e errou historicamente na defesa, reivindicação e consolidação dos direitos indígenas? Ainda podemos esperar desse espectro político proposições que não passem por uma espécie de conciliação com setores mais reacionários? Se não, qual a alternativa?

Daniel Munduruku: não acredito que a esquerda esteja realmente interessada em resolver o problema que significa a presença indígena no estado nacional. Se quisesse resolver já o teria feito. Já houve tempo suficiente para que a dita esquerda pudesse ter demonstrado interesse no enfrentamento com os setores reacionários da política e da economia brasileiras. Até hoje, o discurso hegemônico da esquerda brasileira não havia eleito um único deputado indígena (aqui me refiro ao Partido dos Trabalhadores, em especial). Já não deveria ter feito isso há 20 anos atrás? Se não o fez é porque nunca colocou na pauta a importância de um representante indígena eleito para essa finalidade.

Penso que a esquerda considera os indígenas um imbróglio que precisa ser tolerado por conta do discurso humanista que está na sua boca. Na prática, acaba fazendo maquiagem com o tema para engabelar os simpatizantes da causa e iludir o povo indígena com as migalhas que costuma jogar para ele.

A meu ver, a alternativa é a organização autônoma dos povos originários. Organização que passe pela discussão sobre o marco temporal, a exploração mineral, o uso da terra, os projetos econômicos, a universidade indígena, o debate sobre a população indígena em contexto urbano, a reestruturação das políticas para os povos indígenas. Estes são alguns temas importantes que podem balizar uma definitiva estratégia que permita os indígenas se sentirem mais Brasil e menos Brasileiros.

Entrevistadores: quais estratégias políticas e partidárias você sugeriria aos movimentos indígenas para enfrentarem tendências cada vez mais conservadores no país?

Daniel Munduruku: a única via que vejo realmente possível é a política partidária. Eleger representantes indígenas para o congresso nacional já seria um bom termômetro. Os partidos progressistas aceitarem os indígenas como partes dos diretórios nacionais ou estaduais com direito a opinarem sobre as decisões partidárias; colocarem os indígenas como protagonistas do projeto partidário que daria uma visão de futuro mais consistente e inclusiva para esses povos.

Entrevistadores: aliás, qual a sua opinião sobre a participação direta de indígenas no processo político-partidário? Devem concorrer a cargos eletivos? Se considera que sim, por que e como devem participar?

Daniel Munduruku: disse acima exatamente minha visão. Claro que a burocracia partidária costuma ser um empecilho para a participação mais efetiva das pessoas que consigam acompanhar todas as questões partidárias, mas isso não pode ser um impeditivo para essa participação. Também creio que os partidos devem apoiar o lançamento de candidaturas indígenas. Mas que não seja um apoio descomprometido ou apenas como uma espécie de cota da caridade. É preciso investir de fato nessas candidaturas. É o que se espera de um partido progressista: que ele seja capaz de acolher a diversidade da sociedade para que a sociedade se espelhe em sua própria diversidade.

Entrevistadores: como você interpreta as produções e reflexões acerca da decolonialidade no Brasil? Elas observam e atendam suficientemente questões que correspondem à causa indígena? Do seu ponto de vista, como a resposta à esta pergunta pode ser justificada?

Daniel Munduruku: acho que existem alguns equívocos que costumam acompanhar pautas que aparecem no rompage do momento. Pensar a decolonialidade a partir apenas de uma visão estreita da participação indígena, é flertar com um oportunismo epistemológico típico da academia brasileira. Este é um tema que está virando moda como palavra nova a ser dita por todo mundo, como se isso fosse o bastante para se mudar a sociedade.

Tenho muito receio dessa popularização vazia do termo decolonial, porque ele remete a uma discussão que nós não sabemos fazer. Isso porque as universidades brasileiras são coloniais e colonizadas; o que se ensina lá dentro é como o sistema permanecer hegemônico; o que se aprende é deixar de ser povo e passar a ser elite; o sujeito entra na universidade como um popular e sai com um canudo que o convoca a ser mais que os outros.

Enquanto isso, esses mesmos formandos chegam à sociedade trocando palavras bonitas para garantirem que são mesmos filhos do sistema. Como pensar em mudar algo se nada em nós mudar de fato?

Entrevistadores: quais perspectivas você tem acerca do movimento indígena no Brasil e sobre os tipos de organização política dos diversos povos originários na luta por direitos legítimos e já adquiridos?

Daniel Munduruku: acho que o movimento indígena vai passar por importantes mudanças nos próximos anos. O tipo de atuação política já está saturada e é preciso se inovar se quiser manter sua atuação dinâmica e alvissareira.

A rota dos embates políticos já não surte o mesmo efeito de antes e a sociedade civil está desmobilizada politicamente preferindo que as populações indígenas sejam, na verdade, as solucionadoras dos problemas ambientais por que passa a humanidade. Acho que os indígenas precisam fazer esse exercício também e comecem a capitalizar — sem perder a ternura jamais — para si mesmos essa ideia de que o mundo está por um triz. Isso poderia se dar pelo investimento na formação cultural da juventude indígena.

Pensar a cultura como instrumento político; educar o olhar da sociedade para a beleza que esses povos ainda possuem seja na pintura corporal, na cultura material, na musicalidade, na espiritualidade e nas artes plásticas. Sem necessidade de perder o foco nas principais demandas, pensar a cultura como empreendimento pode ser o salto para promover o bem viver indígena como possibilidade de fazer o mundo caminhar para a solução dos seus dramas existenciais.

Alguns dos livros publicados por Daniel Munduruku:

1. Histórias de índio (Companhia das Letrinhas, 1997)
2. Meu vô Apolinário (Editora Studio Nobel, 2001)
3. As serpentes que roubaram a noite e outros mitos (Editoria Peirópolis, 2001)
4. O ovo que dançou (Editora Brinque Book, 2002)
5. Kabá Darebü (Editora Brinque Book, 2002)
6. Coisas de índio (Editora Callis Editora, 2000)
7. O sinal do pajé (Editora Peirópolis, 2003)
8. Coisas de índio - versão infantil (Callis Editora, 2003)
9. O sinal do pajé (Editora Peirópolis, 2003)
10. Histórias que eu ouvi e gosto de contar (Callis Editora, 2004)
11. Contos indígenas brasileiros (Global Editora, 2004)
12. O segredo da chuva (Editora Ática, 2006)
13. O sumiço da noite (Editora Caramelo, 2006)
14. Caçadores de aventuras (Editora Caramelo, 2006)

15. Catando piolhos contando histórias (Editora Brinque-Book, 2006)
16. Histórias que eu vivi e gosto de contar (Callis Editora, 2006)
17. Parece que foi ontem (Global Editora, 2006)
18. Sabedoria das águas (Editora Studio Nobel, 2006)
19. O sumiço da noite (Editora Caramelo, 2006)
20. O onça (Editora Caramelo, 2006)
21. A primeira estrela que vejo é a estrela do meu desejo e outras histórias indígenas de amor (Global Editora, 2007)
22. As peripécias do Jabuti (Editora Mercuryo Jovem, 2007)
23. O Menino e o pardal (Callis Editora, 2007)
24. O olho bom do menino (Editora Brinque-Book, 2007)
25. O homem que roubava horas (Editora Brinque-Book, 2007)
26. A palavra do Grande Chefe (Global Editora, 2008)
27. Outras tantas histórias Indígenas de origem das coisas e do universo (Global Editora, 2008)
28. **Crônicas de São Paulo:** um olhar indígena (Callis Editora, 2009)
29. A caveira-rolante, a mulher-lesma e outras histórias indígenas de assustar (Global Editora, 2010)
30. **Como surgiu:** mitos indígenas brasileiros (Callis Editora, 2011)
31. Crônicas de São Paulo (Callis Editora, 2011)
32. Histórias que eu li e gosto de contar (Callis editora, 2011)
33. **Um dia na aldeia:** uma história Munduruku (Editora Melhoramentos, 2012)
34. O olho da água (Editora Leya, 2013)
35. **Karú Tarú:** O pequeno Pajé (EDELBRA, 2013)
36. O mistério da estrela vésper (Editora Leya, 2014)
37. Foi Vovó que disse (EDELBRA, 2014)
38. Catando piolhos, contando histórias (Editora Escarlata, 2014)
39. **O Banquete dos Deuses:** Conversa Sobre a Origem e a Cultura Brasileira (Global Editora, 2015)
40. Vozes Ancestrais: **dez Contos Indígenas** (Editora FTD Educação, 2016)
41. **Memórias de Índio:** uma quase autobiografia (EDELBRA, 2016)
42. **O Karaíba:** Uma história do pré-Brasil (Editora Melhoramentos, 2018)

43. Mundurukando 2: **Sobre vivências, piolhos e afetos** UKA Editorial, 2017)
44. O olho bom do menino (UKA Editorial, 2019)
45. **Das coisas que aprendi:** ensaios sobre o bem-viver (UKA Editorial, 2019)
46. Mundurukando 1: **sobre saberes e utopias (2ª edição ampliada e atualizada) – Daniel Munduruku com participação de Ceíça Almeida** (UKA Editorial, 2020)
47. Crônicas indígenas para rir e refletir na escola (Editora Moderna, 2020)
48. Contos Indígenas Brasileiros (Global Editora, 2021)
49. Minha utopia selvagem: um manifesto (2022)
50. Sabedoria das águas (Editora Global, 2024)

Recebida em 01/08/2024.

Aprovada para publicação em 22/09/2024.